

“BENEDITO RODRIGUES, O PRETO DA ÁFRICA...”¹. Nos rastros das Memórias e Histórias quilombolas na Amazônia

JOÃO MARINHO DA ROCHA

*Professor Adjunto no curso de História da Universidade do
Estado do Amazonas | Centro de Estudos Superiores de Parintins, UEA/CESP.Brasil
Grupo de Estudos Históricos do Amazonas-GEHA;
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros-NEAB/UEA;
Bolsista, projeto de produtividade acadêmica institucional. Port.nº 108/2021/GR/UEA,
2021-2023;*

MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS

*Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas – UFAM/Brasil.
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura Na Amazônia – PPGSCA/UFAM.
Manaus, Amazonas. Brasil.*

Resumo

Este texto se ocupa das reflexões sobre a produção, os usos e a institucionalização da memória do cativo no rio Andará, fronteira Amazonas/Pará nos seus contextos de lutas por direitos nas duas primeiras décadas deste século. Evidencia-se as formas como tais memórias foram registradas por meio da metodologia da história oral e após análises apontam para rastros que indicam outras histórias negras e quilombolas no Baixo Amazonas. É um apontamento de como a conjugação de fontes pode resultar em processos de reflexão para uma outra história social do negro na Amazônia, a partir de vozes silenciadas historicamente pela historiografia local e regional, como tem sido as narrativas quilombolas.

Palavras-chave: Memória; História Oral; Comunidades quilombolas; Rio Andará.

DOS CENÁRIOS DE DIREITOS E LUTAS QUILOMBOLAS

O exercício da produção do conhecimento sobre a temática quilombola se torna significativo e desafiador, especialmente no caso do estado do Amazonas, de onde emergem as Vozes quilombolas do Tambor (município de Novo Airão), do Barraco de São Benedito da praça 14 de Janeiro (município de Manaus), do

¹Maria Lúdia Rodrigues, 108 anos. Quilombola do Rio Andará. *Entrevista*. Maio de 2010. Manaus Amazonas. Realizada por Emanuel Farias Jr. Arquivos da FOQMB.

Lago Serpa (município de Itacoatiara) e do Rio Andirá² (município de Barreirinha, a partir de onde referenciamos nosso estudo).

A questão “remanescente” de quilombo no Brasil pode ser visualizada a partir de três aspectos “reconhecer a importância de percebê-los como emergentes, (...) reconhecer seu lugar”(ARRUTI, 2006, p.29) e entender que “(...) a definição daquilo que devem ser não depende apenas deles ou dos seus opositores, mas também do estado da correlação de forças em que(...) estão inseridos”(ARRUTI, 2006, p.29). Ganham relevos aí, profissionais das ciências humanas e sociais, com destaque para certas tarefas “na qual o papel interpretativo do antropólogo e do historiador parece ter destaque”(ARRUTI, 2006, p.29). (Re)articuladas com práticas passadas, ainda que não sejam estas as regras, ou modelos, “é preciso reconhecer a existência de intenções identitárias nas lutas dessas comunidades”(ARRUTI, 2006, p.29). Afinal, “são a continuidade de um processo (...)da história da escravidão e das primeiras décadas do pós-emancipação[...]. Não se trata de um passado móvel, como aquilo em que sobrou (...) de um passado” (GOMES, 2015, p.7). Portanto, “o desenvolvimento das comunidades negras contemporâneas é bastante complexo, com seus processos de identidade e luta por cidadania”(GOMES, 2015, p.7).

Compreender como os sujeitos sociais do início deste século, constroem suas táticas para acessar “cenários de direitos”, produzidos nos embates dos movimentos sociais desde as décadas finais do século XX, torna-se um grande desafio para a história regional e local. Dentre os impasses, está a produção de mecanismos que possibilitam identificar quem são essas tais comunidades? Como constroem seus processos presentes de luta por reconhecimentos, direitos, cidadania formal? Como (re)constroem as memórias sobre seus passados? Aliás, que passados são estes (re)construídos, a partir das demandas dos seus presentes? Como se conectam às demais experiências históricas dos mundos amazônicos, brasileiros e latino-americanos? Como produziram seus novos modos de ser e apresentar-se como quilombolas do Andirá? Uma das possibilidades está no campo dos estudos da História Social (CASTRO,1997; BARROS,2005), a partir da história social do negro no pós abolição (RIOS e MATTOS, 2004; ABREU, et al, 2014).

As preocupações em identificar, descrever e compreender os protagonismos visualizados nas e a partir das trajetórias e experiências de homens e mulheres que se articulam aos demais grupos sociais e se constituem como novos sujeitos políticos e de direitos, nos remetem para uma outra questão. Qual seja, o fato de que “em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um

²A fundação Cultura Palmares através da Portaria Nº 176, de 24 de outubro de 2013 registrou no Livro de Cadastro Geral nº 16 e certificou, de acordo com a auto definição e o processo em tramitação, junto à referida Fundação que as comunidades Comunidade de *Boa Fé, Itaquara, São Pedro, Tereza do Matupiri, Trindade* se definem como remanescentes de quilombo. Ver: Diário Oficial da União. Seção 1. Nº 208, sexta-feira, 25 de outubro de 2013.

processo em andamento” (HALL, 2006, p.38-39), haja vista que, “a identidade surge não tanto da plenitude(...) que já está dentro de nós (...), mas de uma falta de inteireza (...) preenchida a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros”(HALL, 2006, p.38-39).

Diante das questões levantadas acima, abrem-se novas perspectivas metodológicas na visualização das realidades sociais diversas, como estas “Vozes” que emergem dos silêncios do rio Andirá, e que, amplificamos neste estudo, por meio da metodologia da História Oral. “O trabalho de produção de fontes orais pode ser dividido em três momentos: a preparação das entrevistas, sua realização e seu tratamento”(ALBERT, 2011, p.171). A metodologia possibilitou explicitar e compreender, como os tais sujeitos sociais do Rio Andirá produziram seus discursos, pois, “história oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”(ALBERT, 2011, p.155). Ainda segundo Albert, “ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERT, 2011, p.155), como é o caso de alguns personagens com os quais dialogamos neste recorte.

Em suas lutas por reconhecimentos como quilombolas, comunidades de todo Brasil se articulam para acessar seus direitos indicados no âmbito da ressignificação do termo quilombo, objeto do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADTC da Constituição Federal de 1988. Tal artigo, confere direitos territoriais aos remanescentes de quilombo que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo estado brasileiro (O'DWYER, 2005). “Ali se nomeava e se atribuía direitos a um heterogêneo conjunto de comunidades de predominância negra que, salvo raras exceções, não se pensavam em qualquer medida como ‘remanescentes das comunidades de quilombos”(BRANDÃO Et Al. , 2010, p.78). Sua aprovação proporcionou uma “revisão histórica e mobilização política, que conjugava a afirmação de uma identidade negra no Brasil à difusão de uma memória da luta dos escravos contra a escravidão”(MATTOS, 2005, p.106). Nesse contexto, o termo “quilombo” deixa suas limitações históricas, a partir do modelo de Palmares, forjado no contexto da colonização, onde o conselho ultramarino o definiu como sendo “toda habitação de negros fugidos, que passassem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. Esta ótica e definição influenciou a pesquisa histórica da temática quilombola até a década de 1970.

“Além da referência étnica e da posse coletiva da terra, também os conflitos fundiários vivenciados no presente, aproximavam o conjunto das ‘terras de preto’, habilitando-as a reivindicar e enquadrar-se no novo

dispositivo legal”(MATTOS, 2005, p.106). Sobre esses novos grupos étnicos “há situações históricas em que grupos sociais e povos percebem que há condições [...] para reconhecer suas identidades coletivas e mobilizar forças em torno delas e ainda para tornar seus saberes práticos um vigoroso instrumento jurídico”(ALMEIDA,1998, p. p.17). Nesse contexto, reivindicado socialmente, que se abriram possibilidades para a busca dos direitos diferenciados de grupos étnicos-raciais, criados na forja da história colonial, marginalizados e esquecidos na construção da nação e ressurgidos no contexto multiculturalista do final do século XX. Apresentando enorme desafio para historiadores, antropólogos e cientistas sociais engajados em torno da questão(MONTEIRO, 2006), compondo o cenário de possibilidades de busca por acessar direitos e (re)afirmação da identidade étnico-racial no Brasil.

Esses movimentos, tomados em seu conjunto, reivindicam o reconhecimento jurídico-formal de suas formas tradicionais de ocupação e uso dos recursos naturais(ALMEIDA, 1998, p. 19). Passam a se articular em torno de elementos que os unisse na busca de acessar seus direitos, e para isso acionam os mais variados elementos e entidades externas. Essa questão legal se consolidou quando o decreto nº 4.887, de 20/11/2003, em conexão com a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT, regulamentou que a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos, fosse atestada mediante auto identificação da própria comunidade. Estas passaram a ser compreendidas também como grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência a opressão histórica sofrida (MATTOS,2005). As emergências quilombolas devem ser compreendidas como sujeitos emergidos com os novos movimentos sociais no Brasil, como o movimento negro unificado com suas demandas contra o racismo e as demandas das comunidades negras rurais por direitos territoriais (DOMINGUES, 2007).

DA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS DO CATIVEIRO

[...] Papai contava que meu avô, veio de Angola, da África, como escravo dos portugueses. Então, esse meu avô, por parte de pai, era Benedito Rodrigues da Costa que veio nos navios africanos pra servir os portugueses. Ele tinha três irmãos, uma irmã, que era a tia Maria e mais dois irmãos: o tio Francisco e tio João. Tendo estes três partidos para lugares ignorados, ninguém sabe pra onde. Nessa época iam pro Pará e outros lugares; não sabemos pra onde eles foram [...]³

³Maria Amélia dos Santos Castos. *Entrevista*. Agosto de 2016. Parintins/AM.

Não tratamos aqui da escravidão negra na Amazônia em si, mas acerca dos processos contemporâneos de construção de “identidade étnica” (BARTH, 2000) e “territorialidades específicas” (ALMEIDA, 2008). De onde os sujeitos sociais auto identificados como quilombolas, vêm (re)construindo uma memória do cativo, segundo a qual, ligam suas trajetórias socio históricas aos mundos da escravidão e pós-abolição no Amazonas. Decidimos metodologicamente seguir os fios das memórias para compreender a reconstrução da história sobre si. (Re)constituídas no Âmbito do MSQA pelas vozes etnicizadas, politizadas. Questão que precisa ser compreendida à luz de vozes como as que contemporaneamente emergem do rio Andirá, apesar e além das reduzidas estatísticas para aquelas áreas fronteiriças Amazonas/Pará. Isto também implica (re)pensar concepções sobre fontes e métodos, pois, “quando os historiadores começam a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fonte para suplementar os documentos oficiais” (BURKE, 2011, p. 25). Nisso, “alguns se voltaram para a história oral; outros, à evidência das imagens; outros, à estatística. Também se provou possível reler alguns tipos de registros oficiais de novas maneira (BURKE, 2011, p. 25).

No Andirá existe memórias vivas acerca das origens, muitas das quais pautadas na tradição oral (HAMPANTÊ BÂ, 2010), “vivas por tabela” (POLLAK, 1992) e que são remetidas à uma certa ancestralidade angolana com passagens pelo Pará. Os agentes do movimento de luta produziram mecanismos para (re) constituir politicamente, como faz a presidente da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha-FOQMB quando justifica de onde saem as forças de seus discursos. “Eu tive oportunidade de conversar um pouco com as pessoas antigas. Pessoas que me passou a memória, de uns cento e oito anos, que faleceu, dia 19 de maio de 2010”⁴. Tal assertiva “além do valor moral [...] e de sua adesão a uma “cadeia de transmissão” (HAMPANTÊ BÂ, 2010, p. 181) atesta e serve também como “uma garantia suplementar de autenticidade é fornecida pelo controle permanente de seus pares ou dos anciãos que os rodeiam, que velam zelosamente pela autenticidade daquilo que transmitem e que os corrigem no menor erro” (HAMPANTÊ BÂ, 2010, p. 181). Dentre os “antigos” referidas que passou a “memória por tabela”, estão “Ferro Birro” de 90 anos, Manuel Eugenio, 104 anos e, no caso citado “tia Ludia”, como era conhecida no Andirá a centenária Maria Ludia Rodrigues⁵, fruto de casamentos interétnicos entre quilombolas, indígenas e comerciantes judeus adentrados no Andirá.

⁴Maria Amélia dos Santos Castos. *Entrevista*. Agosto de 2016. Parintins/AM.

⁵ As memórias de Ludia - filha de Manoel Rodrigues da Costa com Esmeraldina- foram um dos principais indícios sob o qual pautou-se a Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha - FOQMB para produzir suas “viagens da memória”. A ela juntam-se outros centenários, a exemplo de Manuel Eugênio. Nenhum dos dois conheceram os “puracas”, apenas escutaram seus pais falarem do “preto marcado”. Este fato, a nosso ver, confere

Meu bisavô, veio da África. O nome dele era, Benedito Rodrigues da Costa. Girônima da Costa Rodrigues, mãe da vó [...], casou com um [...] o homem que veio da África”. Me contaram né! [...] agora ele eu não vi nada por aí. Benedito Rodrigues eu não vi não. [...] só vi minha vó. Ele (papai) contava que a mãe dele [...], a finada da minha avó já ia embora andando, encontrou com esse homem, com o Benedito Rodrigues, o preto, da África, e, casou com ele, e aí vieram para Baixo Amazonas. [...]. Quando era criança ouvia muita história dessa escravidão, essas coisas dos escravos! Apanhavam muito, tudo se ouvia ainda. Meu bisavô já era liberto [...], era, paresqui era. Depois a Izabel que libertou, a princesa Izabel, ela foi quem libertou os pretos [...]. Se não fosse abaixo de Deus ela, sei lá como não era! Ela libertou tudo! [...]. Esta história [libertação], eu soube aqui [Manaus] e lá em Parintins, tudo por aí sabiam a história deles [...].⁶

[...] Eu não cheguei a conhecer o velho Benedito Rodrigues, o *preto carimbado* que foi pai de todos eles e o primeiro que veio pra cá. Quando me entendi ele já tinha morrido. Não conheci [...] Por que digo carimbado? Ah, isso era meu padrasto que contava. Ele sim conheceu o velho. Ele dizia que o velho tinha um carimbo no rosto, acho que uma marca que devia ser igual carimbo. Então ele contava que ele era um preto carimbado⁷.

Devidamente registradas e (re)organizadas no contexto do Movimento Social Quilombola do Andirá-MSQA, tais memórias, acrescidas a outras com igual teor, garantiram reconhecimento “dos pretos do Matupiri” como grupo étnico. Realizar esforços interpretativos das Sociedades e das Culturas na Amazônia, por meio das ações políticas de sujeitos, coletividades e dos seus muitos processos, práticas socioculturais e espaços simbólicos de pertencimentos, pode indicar “outras histórias” sobre o pós-abolição no leste amazonense. Práticas socioculturais como a marujada em homenagem a São Benedito evidenciam-se também nos “corpos negros” (ANTONACCI, 2013) que se movem, a partir de batuques e ritmos emanados do gambá⁸. Não se trata aqui de afirmar pertencas exclusivas de certas manifestações a determinados grupos étnicos, mas de compreender tais práticas são efetivadas e que sentidos isso tem para os sujeitos sociais no âmbito de suas lutas por direitos. “Temos que ter foco - não para afirmar que a cultura é localizada em algum lugar, mas como uma forma de identificar onde ela está sendo produzida e reproduzida” (BARTH, 2005, p.16)

mais anterioridade à ocupação afro no Andirá. O que deixa em aberto para novas investidas de pesquisa que intentem rumar pelos arquivos paroquiais e cartoriais. Ambos centenários falecidos ao longo do processo de luta por reconhecimentos, mas que ajudaram a balizar os contornos da memória do cativo que se produziu no MSQA.

⁶ Maria Lúdia Rodrigues, 108 anos. *Entrevista*. Maio de 2010. Manaus Amazonas. Realizada por Emanuel Farias Jr. Arquivos da FOQMB.

⁷ Manoel Eugênio, 104 anos, Pagoa, em 15/06/2015. *Entrevista In: Siqueira (2016, p.37)*. RTID.

⁸ Para saber sobre essa prática sociocultural híbrida, ver AVILA, Cristian Pio. Os Argonautas do Baixo Amazonas. Tese. Antropologia Social. Ufam, Manaus-AM, 2016.

Além daqueles batuques do gambá, acrescentamos ainda as “proezas dos antigos”⁹ que aprenderam a entrecruzar práticas religiosas diversas nos terreiros da “antiga ponta”¹⁰ onde se formou o quilombo “Santa Tereza do Matupiri”. Presentes também nos arredores lago Jauari sob efeitos das inalações do cigarro de “tauari” que “é tirado para o “trabalho”, para fazer o cigarro do curador[...]. Usam pra fazer as benzição”¹¹. Lembrar e reconstituir práticas e ensinamentos “*dos grandes mestres das proezas*” significa também credenciar-se àqueles antigos tempos e espaços. Rememorar-los nos contextos das lutas sociais contemporâneas é valorizar suas identidades e patrimônio, tendo em vista que, “o apego religioso ao patrimônio transmitido exprime -se em frases como: ‘Aprendi com meu Mestre’, ‘Aprendi com meu pai’, ‘Foi o que suguei no seio de minha mãe’” (HAMPANTÊ BÂ, 2010, p.174). Nesse sentido, “Deolindo, Salatiel, Manoel Rodrigues, Nercia, Terezita e outros mais”¹², são mestres que ensinavam aos seus, que “a gente tem que ter alguém, a gente tem que ter defesa no corpo e defesa na alma”¹³. Gentes que recebiam ancestralidades africanas e ameríndias, por vezes hibridadas com as práticas do catolicismo popular, traziam saúde e afastavam as doenças. “Andavam sobre brasas”¹⁴, e ou também, “faziam canoas roubadas voltarem”¹⁵, dentre outras coisas do gênero. “Eles mostravam as proezas mesmo! faziam com que as coisas acontecessem”. Práticas comuns antes da romanização das comunidades do rio Andirá e Baixo Amazonas (CARMO, 2004), onde ocorreu tentativas de institucionalização de práticas religiosas, segundo a teologia romana, especialmente após a chegada do Instituto da Missões Externas – PIME. Nisso, inúmeras práticas do catolicismo popular e de curas passaram ao plano das invisibilidades, não extintas completamente, mas reduzidas a ambientes domésticos e à estigmatização de seus praticantes. Fenômeno que, dentre outras coisas “isolou esse lado”¹⁶ e ousou adotar a monocultura religiosa e étnica no Andirá. Isto transformou mestres de curas e proezas em puxadores de ossos, e de barrigas/parteiras, apenas. No entanto, muitas práticas e seus personagens recentemente foram cuidadosamente reabilitados nas memórias de mulheres do movimento social quilombola.

“A cultura está sempre em fluxo e em mudanças, mas também sempre sujeita a formas de controle. [...]Vejo três processos contrários à variação [...]: os processos de controle, silenciamento e apagamento das experiências”(BARTH, 2005, p. 22). É o que parece ter ocorrido com as irmãs Nércia e Terezita. Esta última, por exemplo: “tinha quatro cores na roupa

⁹ Maria Amélia dos Santos Castro. 57 anos. *Entrevista*. Setembro de 2017. Quilombo Santa Tereza do Matupiri.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

¹³ Idem.

¹⁴ João de Paula. *Entrevista*. Julho de 2016. Quilombo de Ituquara.

¹⁵ Adelson Freitas de Castro. *Entrevista*. Julho de 2016. Quilombo Trindade.

¹⁶ Maria Amélia dos Santos Castro. 57 anos. *Entrevista*. Setembro de 2017. Quilombo Santa Tereza do Matupiri.

dela: vermelho, preto, branco e amarelo. Usava uma fita vermelha atravessada no peito ou fita preta amarrada no cós da saia. Isso apresentava imagem do que ela era. Até em 1980 elas ainda faziam suas proezas aí na “Antiga ponta” e aqui nas casas deles”(BARTH, 2005, p. 22). No entanto, lamenta a liderança, “[...]os padres vinham aqui. Acho até que foi isso que afugentou um pouco, por que elas frequentavam muito, aí foram esquecendo. [...]A Tia Nércia adoeceu por que estava querendo deixar os mestres[...]. Ela ‘tornou’ voltar”!

Saberes e práticas híbridas sócio culturalmente, invisibilizadas continuamente no pós abolição no Amazonas. No entanto, politicamente tais memórias silenciadas são (re)constituídas no contexto do MSQA pelos descendentes daqueles antigos mestres das proezas, que aprendendo sobre si, compreendem suas ancestralidades. Sujeitos que distribuíram cultura como resultados de suas experiências socio religiosas. Esforços e ações políticas relevantes, na medida em que “devemos pensar a cultura como algo distribuído por intermédio das pessoas, entre as pessoas, como resultado das suas experiências” (BARTH, 2005, p.17) Essas práticas ressurgem com mais firmeza, haja vista que, “a cultura está em um estado de fluxo constante” (BARTH, 2005, p.17) e portanto, “não há possibilidade de estagnação nos materiais culturais, porque eles estão sendo constantemente gerados, à medida que são induzidos a partir das experiências das pessoas. [...] algo que está basicamente em um estado de fluxo” (BARTH, 2005, p.17).

Dadas as limitações de nossas fontes e os objetivos desta discussão inicial, não sabemos se os tais angolanos, reivindicados socialmente pelas memórias do Andirá vieram direto para os portos do Pará e ou Maranhão, ou ainda pelo tráfico interprovincial. Mais ainda, não podemos afirmar se são descendentes de africanos trazidos para as fazendas de gado e agricultura do Baixo Rio Amazonas, amocambados nos rios Tapajós, Trombetas, Erepecuru, Curuá para onde registram-se quilombos históricos¹⁷, ou, se estão ligadas às experiências como as registradas no Rio Mamuru, no e para além contexto da Cabanagem¹⁸. E, ou também, nos fins do século XIX nos momentos de trânsitos abertos entre as províncias do Pará e Amazonas¹⁹, versão

¹⁷ Ver SILVA, Anaíza Vergolino e. Alguns elementos para o estudo do negro na Amazônia. Universidade Federal do Pará. *Publicações avulsas n° 8*, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém-Pará- Brasil, 1968; VERGOLINO - HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença Africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica*. - Belém, Arquivo Público do Pará, 1990. 280p. (Documentos históricos, 1); FUNES, A. E. 1995. *Nasci nas Matas, nunca tive senhor*. História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Tese. (Doutoramento de História) FFLCH/USP, São Paulo. 435 p.; GOMES, Flávio do Santos. *A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XIII e XIX)*. Tese (Doutorado em História) - UNICAMP/SP, 1997; SAMPAIO, Patrícia M. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. - Manaus: EDUA, 2012.

¹⁸Ver SOUZA, Cónego Francisco Bernardino de. *Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas*. Pará: Typo do futuro, 1878; REIS, Arthur César Ferreira. *As Origens de Parintins*. Editado pelo governo do Estado do Amazonas. Secretaria de imprensa e divulgação. Palácio Rio Negro, Manaus-Amazonas, 1967; REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte, Manaus: Superintendência cultural do Amazonas, 1989.

¹⁹Ver SIQUEIRA, João. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação- RTID do território quilombola do rio Andirá, Manaus-Am, 2016; RANCIARO, Maria Magela de Andrade. “Os cadeados não se abriram de primeira”.

oficializada pela FOQMB e sobre a qual produzimos nossas análises, por ser nosso objeto a memória e a história do MSQA, que neste recorte se ocupa das ações da liderança Maria Amélia.

DA “PROCURAÇÃO DE NEGROS”. memória étnicizada como ferramenta de lutas por direitos

Para fins de análise das formas e dos processos de conhecimentos mobilizados nos diferentes momentos do MSQA²⁰, o apresentamos dividido em quatro frentes básicas, denominadas pelos sujeitos locais como “movimentação”, por vezes concomitantes e em muitos casos conflitantes, a saber: **I-A** primeira movimentação veio das comunidades de São Paulo e Boa Fé, coordenado pelo senhor Efraim Rodrigues. Segundo relatos, este teve contatos com a União de Negros pela Igualdade-UNEGRO/AM, uma vertente do Movimento Negro em Manaus, por meio do Vereador Aderaldo da cidade de Barreirinha; **II-A** segunda movimentação veio da comunidade Trindade, tendo à frente os irmãos Freitas de Castro (João, Nicanor, Tiniel, Adelson, Luís e Esmeraldina sua Mulher). Tiveram assessoria de um certo Adel, da cidade de Barreirinha e acompanhamentos do Filósofo, militante do Partido dos Trabalhadores e Funcionário Público, lotado da Secretaria de Fazenda de Parintins, Antônio Andrade;

III-A terceira movimentação veio da comunidade Santa Tereza do Matupiri. Tem como agente externo, a pesquisadora da Fiocruz Amazônia, Ana Felícia Hurtado Guerreiro, colombiana, professora da Universidade do Estado do Amazonas-UEA, lotada na Escola de Saúde em Manaus. Em 2005 desenvolvia pesquisas sobre saúde de populações negras rurais na Amazônia, com experiência pelo Pará, onde consta que ficou sabendo de quilombolas no rio Andirá e no rio Jaú, em Novo Airão (SIQUEIRA, 2012). Teve conhecimento de tais realidades em Alenquer-PA por ocasião do evento de mobilização social e política, realizado pelas associações quilombolas do oeste paraense desde a década de 1980 denominado de “Raízes Negras”²¹. Destacamos que esta pesquisadora despertou nos moradores os primeiros sentimentos de organização política em torno da busca pelos direitos depositados no artigo constitucional. Orientando-os para organizar suas lutas a partir de uma Federação e não mais associação fechada em uma comunidade apenas, como vinha ocorrendo até então. Sobre a criação da FOQMB, Maria Cremilda Rodrigues dos Santos nos informa desde os primeiros acessos da pesquisadora

processos de construção identitária e a configuração do território de comunidades quilombolas do Andirá. Tese em Antropologia Social. Universidade Federal do Amazonas- UFAM. Manaus. 2016.

²⁰ Para uma análise mais atenta do movimento social quilombola do Andirá, ver a tese ROCHA, J. M. da. 2019. *Das Sementes aos Troncos: História e Memória do movimento quilombola do Rio Andirá*. Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas- UFAM. Manaus. 382p., sob orientação da professora Marilene Corrêa da Silva Freitas

²¹ Sobre as mobilizações e lutas por direitos nos quilombos e mocambos do Oeste paraense, ver AZEVEDO, Idaliana Marinho. *Puxirum*. Memórias dos negros do Oeste Paraense. Belém: IAP. 2002.

Ana Felícia que havia ido ao Andirá e precisava de alguém para gerir tal órgão. No caso os parentes do Matupiri buscaram Cremilda que na ocasião trabalhava como técnica de enfermagem em Barreirinha

[...] - ela deu esse número pra você ligar pra ela. Aí eu peguei e liguei pra dona Lúcia e aí eu liguei pra doutora Ana Felícia também. Ela disse: - *Cremilda, eu gostaria que você viesse aqui em Manaus* para gente dá uma conversada em relação aos quilombos. Por que eu sei que existe quilombo aí no rio Andirá, no município de Barreirinha, em santa Tereza. *Eu estive lá. Daí começou tudo né!* Aí eu fui para Manaus, tinha dois rapazes que iam para lá para a gente participar de um treinamento sobre a pesca né, e eu peguei o embalo deles e me mandei. Chegamos lá, nós nos reunimos eu e essa presidente [Maria Amélia] que é agora. E aí, não tinha quem assumisse logo a presidência. Por que não foi por votação né! Foi apontado o dedo lá na hora. – Olha, nós já queremos começar esse trabalho e nós queremos saber quem de vocês podem ficar como presidente?. - Se não houver muito problema lá dentro da comunidade, eu ficaria, eu disse. Se também se tiver algum problema eu não fico não. - Bora Cremilda, a gente coloca você como presidente e depois você vai lá e explica a situação tudinho para o pessoal e aí eu fiquei. *Eu entrei em 2009 e saí em 2012, mas eu não concluí meu trabalho! Mas eu consegui alguma coisinha.* Já consegui por que nós demos um passo na frente, mais um pouquinho *devido essa criação dessa Federação.* Essa federação é federação da organização dos quilombolas do município de Barreirinha²².

Em 2009, portanto, Maria Cremilda é tornada primeira Presidente da FOQMB. Utilizando-se de suas redes de relações municipais e estaduais, promove inúmeras oportunidades de acessos daquelas comunidades às políticas públicas e programas sociais do governo federal: **a)** de combate à fome e a miséria/de alimentação; **b)** de casa própria rural; **c)** de acesso a projetos para levar água potável. Também outros benefícios oferecidos pelo Estado brasileiro, que àquela época, ainda respeitava as conquistas dos movimentos sociais e também compreendia o valor e o significado das políticas de reparação das injustiças sociais construídas historicamente. Nominando os tais benefícios como sendo direitos sociais, buscados desde o início do movimento, alguns dos quais, recebidos mesmo sem terem em mãos suas certidões de auto declaração da FCP. Apesar de ter realizado o primeiro grande “puxirum de memórias”, afim de produzir sínteses históricas e iniciar processos de reconhecimentos frente o Estado brasileiro, naquele contexto não se avançou muito, no sentido de conseguir a certidão. “Mas eu não concluí meu trabalho!”²³. Inúmeros foram os entraves, como os apontados anteriormente, dadas as relações de poderes locais já denunciadas por Esmeraldina, Maria Amélia e outras “vozes da Mata”. Também evidenciadas no relatório antropológico de João Siqueira, quando informa das investidas

²² Maria Cremilda Rodrigues dos Santos. 59 anos. *Entrevista*. Agosto de 2015. Parintins-AM.

²³ *Idem*

dos poderes locais no sentido das produções de pressões sobre essas primeiras lideranças e dos parceiros próximos dos quilombolas de Trindade, procurados por fazendeiros do Andirá(SIQUEIRA, 2016).

IV- A quarta e mais recente movimentação foi registrada a partir de 2012 e veio do quilombo de Santa Tereza do Matupiri, em conjunto com as demais. Teve como agentes externos sujeitos envolvidos com o PNCSA, por meio da pesquisadora Maria Magela de Andrade Ranciaro que como já informado, desenvolvia pesquisas para compor tese de doutorado junto ao Programa de Antropologia Social PPGAS/UFAM, tendo como objeto de estudo os processos de Territorialização quilombola no rio Andirá. Maria Amélia que já fazia parte da FOQMB como conselheira desde a gestão de Maria Cremilda, é eleita “Presidenta da Federação”²⁴. Nesta fase, assumiu a função por dois mandatos(2012-2014 e 2014-2016)²⁵. É nesta etapa que os processos para certificação, paralisados junto aos órgãos em Manaus, são retomados a partir de provocações das lideranças locais na pessoa de Maria Amélia e a decisiva mediação dos novos agentes externos. A partir de 2016 torna-se articuladora desse órgão, mantendo vivas as redes construídas ao longo do movimento e produzindo diálogos entre as realidades quilombolas do Amazonas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias e experiências individuais e familiares que conectadas a cenários, sujeitos e interesses variados, puderam tecer relações de poder, no e, a partir do Rio Andirá. Tais comunidades quilombolas conseguiram etnicizar e politizar memórias dos mais velhos e com isso, construir, juntos aos demais sujeitos sociais de seis comunidades daquele rio, narrativas sobre si. Criam e acionam memórias que os ligaram às experiências dos mundos do trabalho na Amazônia, com isso, (re)desenham práticas socioculturais, capazes de indicar fronteiras étnicas e demarcar territórios simbólicos de pertencimentos que lhes garantem diferenciação frente às demais comunidades do Leste do Amazonas.

Uma das intensões deste texto foi iluminar para o conhecimento das táticas desenvolvidas por tais movimentos sociais contemporâneos na Amazônia, palco de diversos impasses e lutas por direitos de existências de povos e comunidades tradicionais, como ocorreu/ocorre na fronteira Amazonas/Pará.

²⁴ Como se apresentava em 2016 durante sua estada na Universidade do Estado do Amazonas - Centro de Estudos Superiores de Parintins. UEA/CESP para promover uma conferência no evento do curso de História.

²⁵ Após 2016, a FOQMB tem como presidente eleito Tarcísio dos Santos Castro (2016-2018; reeleito em 2019 para mais dois anos). Maria Amélia continua como articuladora desse órgão. Suas funções estiveram, dentre outras, em estabelecer e fortalecer as redes com os parceiros externos “almejando melhorias para os quilombos do Andirá”. Também passou a visitar outros quilombos do estado do Amazonas, a fim de compartilhar suas experiências. Tem representado o Andirá em eventos acadêmicos regionais e locais.

Não dá mais para ler a presença negra na Amazônia apenas pelo viés da quantidade numérica e por isso, buscamos não somente considerar os dados estatísticos em si, mas também os múltiplos significados da presença negra. Nos interessamos perceber como as presenças negras se articularam aos ambientes e mundo amazônicos e neles construíram novos espaços de liberdades e territorialidades específicas, muitos dos quais, reivindicados socialmente, como é o caso do território quilombola do Rio Andirá. As práticas socioculturais e memórias contemporâneas de tais comunidades, alargam os seus presentes, e com isso reconstróem aspectos de seu passado coletivo, a partir de suas demandas políticas atuais, objetivadas no movimento social.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marta; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe (ORGs). *Histórias do pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos – volume 1;2;3/* organizado por Martha Abreu, Carolina Vianna Dantas e Hebe Mattos. – Niterói: Editora da UFF, 2014.
- ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. 1998. *Negros do Trombetas – Guardiões das matas e rios*. Ed. Cejup/UFPA-NAEA, Belém, 2ª edição, 262p
- ALBERT, V. 2011. Histórias dentro da História. In: PINSK, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 3 eds. – São Paulo: Contexto.p.155- 202.
- ALMEIDA, A. W. B. de. 1998. Prefácio da primeira edição. In: ACEVEDO, R.; CASTRO, E. *Negros do Trombetas: Guardiões das matas e rios*. 2ª edição. Belém, Ed. Cejup/UFPA-NAEA, p. 21-27
- ALMEIDA, A. W. B. de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, Jan/abr. 2012. p. 63-71.
- ARRUTI, J.M. A. 1997. *A emergência dos “remanescentes”*: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *MANA*3(2),p.7-38.
- ARRUTI, José Mauricio Andion. *Mocambo*. Antropologia e História do processo de formação quilombola - Bauru, SP:EDUSC,2006.
- AZEVEDO, Idaliana Marinho. *Puxirum*. Memórias dos negros do Oeste Paraense. Belém: IAP, 2002.
- BARROS, J. A. 2005. A História Social: seus significados e seus caminhos. *LPH - Revista de História da UFOP*. Nº 15, p.235-256.
- BARTH, Friedrik. *Etnicidade e o conceito de cultura*. Antropolítica, n. 19. Niterói: UFF, 2005.
- BRANDÃO, A.; DALT, S. da; GOUVEIA, V. H. 2010. *Comunidades quilombolas no Brasil*: características socioeconômicas, processos de etnógenese e políticas sociais. Niterói.: EDUFF. 126p.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003. *Diário oficial da União*, Brasília. DF, 21 nov. 2003.
- BRASIL. Texto constitucional de 05 de outubro de 1988. Artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CASTRO, H. História Social. 1997. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs). *Domínios da história: ensaios de teorias e metodologias*. Rio de Janeiro: Campus. p. 76 – 96.
- DELGADO, L.A.N. 2003. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História oral*, v.6, p. 9-25.
- DOMINGUES, P. 2007. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo [on line]*, vol.12, n.23, p.100-122,
- FUNES, A. E. 1995. *Nasci nas Matas, nunca tive senhor*. História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Tese. (Doutoramento de História) FFLCH/USP, São Paulo. 435 p.
- FUNES, A. Eurípedes. 2009. Mocambos: natureza, cultura e memória. *História Unisinos*.13(2):146-153.

João Marinho da Rocha, Marilene Corrêa da Silva Freitas– **“BENEDITO RODRIGUES, O PRETO DA ÁFRICA...”**. Nos rastros das Memórias e Histórias quilombolas na Amazônia

- GOMES, F.S. 1997. *A Hidra e os Pântanos*: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XIII e XIX). Tese (Doutorado em História) - UNICAMP/SP. 742 p.
- GOMES, F.S.; QUEIROZ, J. M. 2003. Em outras Margens: Escravidão Africana, Fronteiras e Etnicidade na Amazônia. In: DEL PRIORE, M.; GOMES, F. G. *Os senhores dos rios*. Amazônia, Margens e História. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 141-163.
- GOMES, Flávio do Santos. *Mocambos e quilombos*: uma história do campesinato negro no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- HALL, S.2006. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz da Silva, Guaciara Lopes Louro – 11. Ed.- RJ: DP&A, 102p.
- HAMPANTÊ BÂ, Amadou. Tradição Viva. In: ZERBO, Joseph Ki (org.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.
- LITTLE, P. E. 2002. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série antropológica*, 322. Brasília: UnB, 28(1), p. 251-290.
- MATTOS, H. De dezembro/fevereiro 2005-2006. Cativo e Políticas de reparação no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.68, p.104-111.
- MEIHY, J.C.S. 2005. *Manual de História Oral*. 5. ed. São Paulo: Vértice, 291p.
- MONTEIRO, John Manuel. 2006. Prefácio. In: ARRUTI, José Mauricio. *Mocambo*. Antropologia e História do processo de formação quilombola - Bauru, SP: EDUSC, P. 19-23.
- NORA, P. 1993. Entre Memória e História. A problemática dos lugares - *Proj. História*. São Paulo, p.07 – 28.
- O'DWYER, E. C. 2005. Os quilombos e as fronteiras da antropologia. *Antropolítica*. Niterói, n. 19, p.91-111.
- O'DWYER, E. C. 2007. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. - *Tombo*, São Cristóvão - SE N° 11. p.43-58
- ORTIZ, R. 2006. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 152p.
- POLLAK, M. 1989. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15
- POLLAK, M. 1992. Memória e Identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, RJ. vol.05, n.10, p. 200-212
- RANCIARO, Maria Magela de Andrade. “Os cadeados não se abriram de primeira”: processos de construção identitária e a configuração do território de comunidades quilombolas do Andará. Tese em Antropologia Social. Universidade Federal do Amazonas- UFAM. Manaus. 2016.
- REIS, Arthur César Ferreira. *As Origens de Parintins*. Editado pelo governo do Estado do Amazonas. Secretaria de imprensa e divulgação. Palácio Rio Negro, Manaus-Amazonas, 1967.
- REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte, Manaus: Superintendência cultural do Amazonas, 1989.
- RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. 2004. O Pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, V.5, 8, p.170-198.
- ROCHA, J. M. da. 2019. *Das Sementes aos Troncos*: História e Memória do movimento quilombola do Rio Andará. Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas- UFAM. Manaus. 382p.
- SAMPAIO, Patrícia M. *Espelhos partidos*: etnia, legislação e desigualdade na Colônia. – Manaus: EDUA, 2012.
- SILVA, Anaíza Vergolino e. Alguns elementos para o estudo do negro na Amazônia. Universidade Federal do Pará. *Publicações avulsas n° 8*, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém-Pará- Brasil, 1968;
- SIQUEIRA, João. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação- *RTID* do território quilombola do rio Andará, Manaus-Am, 2016;
- SOUZA, Cónego Francisco Bernardino de. *Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas*. Pará: Tvp do futuro, 1878;
- VERGOLINO - HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença Africana na Amazônia Colonial*: Uma notícia histórica. - Belém, Arquivo Público do Pará, 1990. 280p. (Documentos históricos, 1)